

FUNARI, Raquel dos Santos; CARLAN, Claudio Umpierre; SILVA, Filipe Noé (org.). *As veias negras do Mundo Antigo: a África e o Mediterrâneo Antigo, a relevância negra revisitada*. Beau Bassin: Novas Edições Acadêmicas, 2020. 130 p. ISBN: 978-620-079086-6

Rafael da Costa Campos¹

Mediante a organização dos professores Raquel dos Santos Funari, Cláudio Umpierre Carlan e Filipe Noé Silva, a iniciativa de publicação de uma coletânea de artigos que versa sobre as relações entre o continente africano e a região do Antigo Mediterrâneo e Levante nos chega em boa hora. É importante destacarmos que o ambiente acadêmico necessita de obras como a desenvolvida por esses organizadores, especialmente como instrumento didático para os debates nos componentes curriculares de graduação e pós-graduação dos cursos universitários de História. O enfoque dado ao norte do continente africano e sua costa mediterrânica, região estratégica e de forte dinamicidade integradora, é um elo que nos orienta ao rompimento de paradigmas engessados que ainda sobrevivem e mantém o eurocentrismo como ideologia presente tanto na “História Antiga” como na antiguidade de África.

Naturalmente, este movimento de questionamento e rompimento já avançou bastante desde o último quarto do século XX e décadas mais recentes. De um lado, trata-se do lento florescimento de questionamento de paradigmas e revisões historiográficas orientadas a partir do continente africano por meio dos movimentos de independência pós-1945. De outro lado, é reflexo das transformações epistemológicas inerentes ao devir histórico, sobretudo pela interdisciplinaridade pós-estruturalista e pós-colonial na pesquisa arqueológica e da oralidade. E por último, especialmente para nós brasileiros, consideramos ainda a necessidade de reparação histórica e social mediante a visibilização de nossas matrizes culturais afro-brasileiras, cujo ponto de inflexão foi a Lei 10.639/2003 do ensino obrigatório de História e Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares.

¹ Professor Adjunto - Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, Brasil. E-mail: rafaelcampos@unipampa.edu.br

Esses três fatores correspondem às forças motrizes de uma incipiente e lenta caminhada. Objetivamente, a elaboração dos currículos escolares e universitários ocorre simultaneamente à observância das lacunas de produção intelectual comparáveis à outras áreas da historiografia. Essa carência reflete-se quase que instantaneamente na formação dos egressos e, por conseguinte nos bancos escolares. Esse dilema é vivido tanto no continente africano quanto nos tradicionais centros de excelência acadêmicos europeus e norte-americanos em Antiguidade, em que existem embates pelo viés de questionamento das múltiplas relações de subordinação e leitura do passado colonial *in loco*.

Para nós brasileiros, e principalmente para professores e pesquisadores de Antiguidade – termo cotidianamente implodido pelos colegas vinculados à área de “História Antiga” questionamo-nos imediatamente a quem pertence essa “antiguidade”. Ao fazermos esse questionamento, percebemos que as fronteiras constituídas pelas narrativas historiográficas dos estudos clássicos de pouco tempo atrás tem se desfeito: as fronteiras geográficas dão lugar a redes de integração, e junto a essas podemos observar que as sociedades regionais africanas há muito, muito tempo eram *players* em disputas negociadas por influência e hegemonia não apenas em seus territórios, mas em interações muito mais extensas e de natureza diversa, fossem na bacia mediterrânica quanto para além de seus limites costeiros.

Nesse sentido, esta obra vem em um bom momento, pois é constituída de diversas contribuições que refletem sobre o ensino de História Antiga, História da África, e as fronteiras cada vez menos resistentes entre a arbitrariedade desses termos. De modo semelhante, a coletânea traz contribuições que nos permitem analisar estudos de caso que abordam as sociedades africanas nas fontes escritas dessa antiguidade. Em relação a essas últimas, é inegável a importância do contraponto fornecido pelo exame da cultura material para uma revisão histórica adequada. Igualmente, outro ponto importante é a reflexão sobre a construção do passado africano e de sua antiguidade pelos próprios africanos, um processo específico e caro às nações desse continente, e repleto de peculiaridades, sobretudo durante o período da Guerra Fria.

Destacaremos abaixo os principais pressupostos da obra, que tem como objetivo uma discussão crítica e a desnaturalização dos modelos narrativos homogeneizadores das sociedades antigas, suplantando-os por leituras que tratem de outros termos como identidades, diversidades,

alteridades e conectividades; uma “História Antiga” mais inclusiva que não coloque África na berlinda de sua compreensão (FUNARI, 2020, p.5).

Assim, como no artigo de Maria Regina Candido e Alair Figueiredo Duarte (2020, p. 20) repensa-se a leitura presente nas fontes escritas dos antigos gregos sobre os “etíopes”: em lugar da narrativa triunfalista tucididianado “nós” ateniense contra os “eles” persas e africanos, busca-se repensar a conectividade dos próprios gregos com esses povos, e depõe-se a reificada leitura feita sobre a sociedade grega como berço da civilização e da política no Ocidente. De sua parte, Cláudio Carlan (2020, p. 30) aponta para a necessidade de análises mais pormenorizadas sobre as interações políticas nas províncias romanas no norte da África: sob o governo dos imperadores Adriano e Septímio Severo, por exemplo, a importância da região é verificada pelas mensagens presentes na cunhagem imperial, antagônicas à leitura contemporânea e posterior legada por autores romanos imbuídos dos preconceitos existentes na aristocracia senatorial. Adiante, o artigo de Sérgio Feldman, dedicado ao debate sobre identidade e alteridade na mesma região, tendo como foco a interação entre romanos, berberes, judeus e cristãos no período tardo-imperial destaca a presença e resistência dos componentes religiosos judaicos na região, permeados por tensões políticas e religiosas permanentes, tanto de forma perene como entre os berberes, quanto extemporânea como no caso da ocupação visigótica e bizantina do norte da África (FELDMAN, 2020, p. 50).

Por sua vez, Raquel Funari dedica-se a propor alternativas para um ensino de História Antiga que “situe” a antiguidade do povo egípcio nos mapas e nas aulas de História do ensino básico. Tarefa bastante difícil, uma vez que é necessário repensarmos a maneira como esse contexto histórico é retratado nos manuais escolares, sobretudo de forma simplista, aligeirada e repleta de distorções conceituais, como por exemplo, o conceito de escravidão. Para tanto, a autora elenca iniciativas como o destaque do posicionamento geográfico estratégico da região do Nilo, sua relevância para as trocas culturais e a ênfase de sua diversidade (FUNARI, 2020, p. 61-2). Ainda sob a perspectiva do ensino de História Antiga e a presença de África, Elaine Ribeiro apresenta um interessante trabalho de análise dos manuais didáticos guineenses e cabo-verdianos. A elaboração desses manuais conjugou a ideologia marxista e o discurso nacionalista pós-colonial como premissas para uma revisão teórico-metodológica que reabilitasse os testemunhos da própria antiguidade da história africana, contrapondo a negação colonial de seu passado como

estratégia para posicionar esses países na contemporaneidade (RIBEIRO, 2020, p. 94.).

O artigo de José das Candeias Sales retoma o procedimento de análise documental semelhante ao molde dos primeiros três artigos da coletânea. Nesse sentido, o principal argumento consiste na defesa do substrato cultural africano e negro para a compreensão da sociedade egípcia durante o período faraônico (SALES, 2020, p. 99-101). A obrigatoriedade dessa defesa apoia-se em uma análise que traz a Núbia para o âmbito da integração territorial e sociocultural com a sociedade egípcia; o destaque dessa relação é premissa para a desconstrução do isolacionismo europeizante ao qual o estudo da sociedade egípcia sempre foi submetido (SALES, 2020, p. 116). Por fim, Filipe Noé Silva reafirma mediante exame da epigrafia imperial do Principado augustano, a importância da crítica arqueológica influenciada pelas premissas pós-coloniais para buscarmos uma leitura mais equilibrada das relações entre a cultura romana imperial e a diversidade cultural norte-africana (SILVA, 2020, p. 117). A única ressalva corresponde ao exercício de História Comparada proposto por José Remesal Rodriguez, cuja análise da movimentação comercial da província da Bética, e que por sua vez expõe a importância da movimentação comercial com a costa norte-africana encontra-se um tanto deslocado entre o primeiro e o último bloco de artigos dedicados à estudos de caso nesse livro.

Como conclusão, podemos afirmar que a coletânea cumpre um papel importante de divulgação acadêmica e serve-nos como interessante subsídio para ampliação dos debates no ambiente universitário. Digo isso, pois é perceptível que carecemos de estudos de porte para o contexto histórico inscrito na concepção dessa obra. Faz-se cada vez mais necessário que o estudo da antiguidade do continente africano seja mais bem considerado, especialmente quando se trata de um recorte espaço-temporal tão rico e desafiador como o Mediterrâneo africano e seus arredores centro e subsaarianos situados não como “periferia”, mas como cerne da análise da antiguidade mediterrânea.